

# SUMÁRIO

---

## 1 Parte Geral

- 1.1. Introdução
- 1.2. Histórico
- 1.3. Empresa
  - 1.3.1. Teoria dos atos do comércio
  - 1.3.2. O Código Civil de 2002
  - 1.3.3. Teoria da empresa
- 1.4. O empresário
  - 1.4.1. Empresário individual
- 1.5. Elemento da empresa
- 1.6. Função social da empresa
- 1.7. O comércio internacional
- 1.8. Fases do direito comercial
  - 1.8.1. Direito comercial no Brasil
- 1.9. Fontes do direito comercial
  - 1.9.1. Boa-fé
  - 1.9.2. Usos
  - 1.9.3. Princípios
- 1.10. Capacidade das partes para exercer atividades empresárias
  - 1.10.1. Sociedade entre cônjuges
  - 1.10.2. Consequências da violação da proibição de exercer empresa
- 1.11. Livros comerciais
- 1.12. Nome comercial
- 1.13. Registro do comércio
- 1.14. Estabelecimento comercial
  - 1.14.1. O estabelecimento empresarial: definições
  - 1.14.2. O estabelecimento empresarial no Código Civil
  - 1.14.3. O aviamento e a clientela
  - 1.14.4. Trespasse e suas formalidades
  - 1.14.5. Cláusula de não restabelecimento
  - 1.14.6. Aspectos societários do trespasse
  - 1.14.7. Consequências jurídicas do trespasse
  - 1.14.8. Ponto comercial e locação comercial
    - 1.14.8.1. Exceção de retomada
  - 1.14.9. Título do estabelecimento
- 1.15. Súmulas

## 2 Comércio Eletrônico

- 2.1. Comércio eletrônico
- 2.2. Aspectos jurídicos do desenvolvimento do comércio eletrônico
- 2.3. Legislação sobre o tema
  - 2.3.1. Iniciativas nacionais
  - 2.3.2. Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014

### **3 Societário**

- 3.1. Origem
- 3.2. Da designação pessoa jurídica
- 3.3. Histórico das teorias que explicam a pessoa jurídica
  - 3.3.1. Teoria da ficção legal
  - 3.3.2. Sistema da negação da personalidade jurídica
    - 3.3.2.1. Teoria individualista
    - 3.3.2.2. Teoria do patrimônio destinado a um fim
    - 3.3.2.3. Teoria da propriedade coletiva
  - 3.3.3. Sistema da realidade
    - 3.3.3.1. Teoria da vontade
    - 3.3.3.2. Teoria da realidade objetiva ou orgânica
    - 3.3.3.3. Teoria da pessoa jurídica como realidade técnica
  - 3.3.4. Teoria institucionalista
- 3.4. Definições
  - 3.4.1. A pessoa jurídica no direito brasileiro
  - 3.4.2. Classificação das pessoas jurídicas no direito brasileiro
- 3.5. Responsabilidade das pessoas jurídicas
- 3.6. Extinção das pessoas jurídicas
- 3.7. A Dissolução parcial da sociedade
  - 3.7.1. Antes do Código de Processo Civil de 2015
  - 3.7.2. A partir do Código de Processo Civil de 2015
    - 3.7.2.1. Objeto
    - 3.7.2.2. Legitimidade
    - 3.7.2.3. Procedimento da dissolução
    - 3.7.2.4. Procedimento da apuração de haveres
- 3.8. Personalidade jurídica
  - 3.8.1. Desconsideração da personalidade jurídica
  - 3.8.2. O instituto no Código de Processo Civil de 2015
    - 3.8.2.1. Natureza
    - 3.8.2.2. Legitimidade
    - 3.8.2.3. Contraditório
    - 3.8.2.4. Consequência
    - 3.8.2.5. Desconsideração inversa
- 3.9. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli
  - 3.9.1. Da regulamentação
  - 3.9.2. Da finalidade
  - 3.9.3. Características e requisitos
    - 3.9.3.1. Unipessoalidade
    - 3.9.3.2. Capital social
    - 3.9.3.3. Nome empresarial
    - 3.9.3.4. Derivação
    - 3.9.3.5. Aspecto tributário
- 3.10. Sociedades
  - 3.10.1. Contrato social
  - 3.10.2. Da aquisição da personalidade jurídica pelas sociedades brasileiras
  - 3.10.3. Classificação das sociedades

- 3.10.3.1. Quanto à responsabilidade dos sócios
- 3.10.3.2. Quanto à personificação
- 3.10.3.3. Quanto à estrutura econômica
- 3.10.3.4. Quanto ao caráter empresário das sociedades
- 3.10.3.5. Sociedades entre cônjuges
- 3.10.3.6. Composição do capital social das sociedades

### 3.11. Tipos societários

#### 3.11.1. Sociedade em comum

#### 3.11.2. Sociedade em nome coletivo

- 3.11.2.1. Conceito
- 3.11.2.2. Sociedade de pessoas ou de capital?
- 3.11.2.3. Razão/Denominação
- 3.11.2.4. Categoria dos sócios
- 3.11.2.5. Responsabilidade dos sócios
- 3.11.2.6. Administração
- 3.11.2.7. Generalidades

#### 3.11.3. Sociedade em comandita simples

- 3.11.3.1. Conceito
- 3.11.3.2. Sociedade de pessoas ou de capital?
- 3.11.3.3. Razão/Denominação
- 3.11.3.4. Categoria dos sócios
- 3.11.3.5. Responsabilidade dos sócios
- 3.11.3.6. Administração
- 3.11.3.7. Generalidades

#### 3.11.4. Sociedade em comandita por ações

#### 3.11.5. Sociedade em conta de participação

- 3.11.5.1. Características
- 3.11.5.2. Conceito
- 3.11.5.3. Características
- 3.11.5.4. Sociedade de capital ou de pessoas
- 3.11.5.5. Razão social
- 3.11.5.6. Categorias dos sócios
- 3.11.5.7. Responsabilidades dos sócios
- 3.11.5.8. Administração
- 3.11.5.9. Da conta de participação como sociedade
- 3.11.5.10. Tratamento fiscal conferido à sociedade em conta de participação
- 3.11.5.11. Tratamento processual conferido à sociedade em conta de participação

#### 3.11.6. Sociedade simples

- 3.11.6.1. Conceito
- 3.11.6.2. Características
- 3.11.6.3. Sociedade de pessoas
- 3.11.6.4. Razão social
- 3.11.6.5. Categorias dos sócios
- 3.11.6.6. Responsabilidade dos sócios
- 3.11.6.7. Administração
- 3.11.6.8. Dissolução, exclusão e retirada
- 3.11.6.9. Aplicação subsidiária das normas das sociedades simples aos demais tipos societários

### 3.11.7. Sociedades limitadas

- 3.11.7.1. Histórico
- 3.11.7.2. Conceito
- 3.11.7.3. Legislação aplicável
- 3.11.7.4. Aplicação subsidiária/supletiva
- 3.11.7.5. Sociedade de capital ou de pessoas?
- 3.11.7.6. Razão/Denominação social
- 3.11.7.7. Responsabilidade dos sócios
- 3.11.7.8. Quotas
- 3.11.7.9. Distribuição de lucros
- 3.11.7.10. Administração
- 3.11.7.11. Deliberações dos sócios
- 3.11.7.12. *Quorum* de deliberação
- 3.11.7.13. Exclusão de sócio
- 3.11.7.14. Da exclusão de sócio
- 3.11.7.15. Exclusão judicial
- 3.11.7.16. Exclusão extrajudicial
- 3.11.7.17. Exclusão por justa causa
- 3.11.7.18. Procedimento
- 3.11.7.19. Direito de retirada
- 3.11.7.20. Conselho fiscal
- 3.11.7.21. Redução do capital social

### 3.11.8. Sociedade anónima

- 3.11.8.1. Legislação aplicável
- 3.11.8.2. Introdução
- 3.11.8.3. Conceito e outros aspectos
- 3.11.8.4. Estatuto social
- 3.11.8.5. Responsabilidade dos acionistas
- 3.11.8.6. Sociedade de capital ou de pessoas?
- 3.11.8.7. Razão/Denominação social
- 3.11.8.8. Espécies de S.A.
- 3.11.8.9. Ações
  - 3.11.8.9.1. Critérios de classificação das ações
- 3.11.8.10. Acionista
  - 3.11.8.10.1. Acionista controlador
  - 3.11.8.10.2. Direito de retirada
- 3.11.8.11. Acordo de acionistas
- 3.11.8.12. Constituição
- 3.11.8.13. Livros societários
- 3.11.8.14. Valores mobiliários
  - 3.11.8.14.1. Debêntures
- 3.11.8.15. Assembleia geral
  - 3.11.8.15.1. Cumulação de assembleias
  - 3.11.8.15.2. Convocação
  - 3.11.8.15.3. Presença
  - 3.11.8.15.4. Mesa diretora da AG

- 3.11.8.15.5. Presenças obrigatórias em AG
- 3.11.8.15.6. Assembleia geral ordinária
- 3.11.8.15.7. Assembleia geral extraordinária
- 3.11.8.15.8. *Quorum*
- 3.11.8.15.9. Ata da AG
- 3.11.8.15.10. Assembleias *on-line* e *proxy voting*
- 3.11.8.16. Administração
  - 3.11.8.15.1. Diretoria
  - 3.11.8.16.2. Conselho de administração
- 3.11.8.17. Conselho fiscal
- 3.11.8.18. Reservas e distribuição de lucros
- 3.11.8.19. Sociedades coligadas, controladas, controladoras e subsidiária integral
- 3.11.8.20. Mercado de capitais e suas assimetrias
  - 3.11.8.20.1. Do risco e da incerteza
  - 3.11.8.20.2. Mecanismos de alocação de riscos
  - 3.11.8.20.3. Custos de transação
  - 3.11.8.20.4. Falhas do mercado
- 3.11.8.21. Governança corporativa
  - 3.11.8.21.1. CVM (Comissão de Valores Mobiliários)
  - 3.11.8.21.2. IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)
  - 3.11.8.21.3. ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos)
  - 3.11.8.21.4. Bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA)

3.11.9. Consórcios e grupos de sociedades

3.12. *Joint ventures*

3.12.1. Vantagens

3.12.2. Desvantagens

3.12.3. O contrato de *joint venture*

3.12.4. Exercício do poder de controle em *joint ventures*

3.13. Operações societárias

3.13.1. Cisão

3.13.2. Fusão

3.13.3. Incorporação

3.13.4. Transformação

3.13.5. Direito dos credores

3.14. Arbitragem

3.14.1. Cláusula compromissória

3.14.2. Arbitragem em direito societário

3.15. Súmulas

#### **4 Títulos de Crédito**

4.1. Origem e regulamentação legal

4.2. Definições

4.3. Características dos títulos de crédito

4.3.1. Literalidade

4.3.2. Autonomia

4.3.3. Cartularidade

4.3.4. Características não gerais

4.3.4.1. Abstração

4.3.4.2. Independência ou substantividade

4.3.4.3. Inoponibilidade das exceções

4.4. As mudanças nos títulos de crédito no Código Civil de 2002

4.5. Classificação dos títulos de crédito

4.5.1. Negócio de origem

4.5.2. Circulação

4.5.3. Modelo

4.5.4. Tipicidade

4.5.5. Emissor

4.6. Atos cambiários

4.7. Mudanças advindas do Novo Código de Processo Civil

4.8. Letra de câmbio

4.8.1. Origem

4.8.2. Conceito

4.8.3. Figuras intervenientes

4.8.4. Formação da letra de câmbio

4.8.5. Requisitos legais

4.8.6. Vencimento da letra de câmbio

4.8.7. Endosso

4.8.8. Aceite

4.8.9. Aval

4.8.10. Pagamento da cambial

4.8.11. Protesto

4.8.12. Intervenção

4.8.13. Ações cambiais e prescrição

4.8.14. Visualização da letra de câmbio

4.9. Nota promissória

4.9.1. Definição

4.9.2. Partes intervenientes

4.9.3. Origens

4.9.4. Requisitos

4.9.5. Legislação aplicável

4.9.6. Endosso

4.9.7. Aceite

4.9.8. Aval

4.9.9. Vencimento

4.9.10. Pagamento da cambial

4.9.11. Protesto

4.9.12. Prescrição das ações cambiais

4.9.13. Visualização da nota promissória

4.10. Cheque

4.10.1. Definição

4.10.2. Origens

4.10.3. Partes intervenientes

4.10.4. Legislação aplicável

4.10.5. Requisitos essenciais

4.10.6. Endosso em cheque

- 4.10.7. Aceite
- 4.10.8. Vencimento
- 4.10.9. Prazo de apresentação e pagamento
- 4.10.10. Aval
- 4.10.11. Prescrição
- 4.10.12. Protesto
- 4.10.13. Sustação do cheque
- 4.10.14. Tipos de cheque
- 4.11. Duplicata
  - 4.11.1. Definição
  - 4.11.2. Origens
  - 4.11.3. Legislação aplicável
  - 4.11.4. Partes intervenientes
  - 4.11.5. Requisitos essenciais
  - 4.11.6. Aceite da duplicata
  - 4.11.7. Vencimento e pagamento da duplicata
  - 4.11.8. Protesto
  - 4.11.9. Perda ou extravio
  - 4.11.10. Ação para cobrança e prescrição
  - 4.11.11. Visualização do anverso da duplicata
- 4.12. Títulos representativos
  - 4.12.1. Conhecimento de transporte
  - 4.12.2. Conhecimento de depósito e *warrant*
    - 4.12.2.1. Legislação aplicável
    - 4.12.2.2. A dinâmica do *warrant* e do conhecimento de depósito
    - 4.12.2.3. Dos requisitos para a emissão do conhecimento de depósito e do *warrant*
    - 4.12.2.4. Liberação da mercadoria
- 4.13. Súmulas

## 5 Contratos Mercantis

- 5.1. Parte geral
- 5.2. Contratos nas relações de consumo
- 5.3. Contratos empresariais
- 5.4. A questão da interpretação dos contratos empresariais
  - 5.4.1. Princípios de direito contratual
    - 5.4.1.1. Princípio da autonomia da vontade
    - 5.4.1.2. Princípio da força obrigatória (*pacta sunt servanda*)
    - 5.4.1.3. Da queda da importância do princípio da força obrigatória
    - 5.4.1.4. Princípio do consensualismo
    - 5.4.1.5. Princípio da boa-fé
    - 5.4.1.6. Função social do contrato e cláusulas gerais
    - 5.4.1.7. Função social do contrato
- 5.5. Uma tentativa de esquematização do estudo
- 5.6. Compra e venda mercantil
  - 5.6.1. Vendas condicionais
  - 5.6.2. Venda a contento
  - 5.6.3. Vendas sob condição de prova

- 5.6.4. Vendas em consignação
- 5.6.5. Venda sob amostra
- 5.6.6. Vendas com cláusulas de preferência
- 5.6.7. Retrovenda
- 5.6.8. Vendas com reserva de domínio
- 5.6.9. Venda complexa
- 5.6.10. Entrega da mercadoria
- 5.6.11. Responsabilidades adicionais do vendedor
- 5.6.12. Responsabilidades do comprador
- 5.7. Seguro
  - 5.7.1. Conceito
  - 5.7.2. Objeto
  - 5.7.3. Partes
  - 5.7.4. Características gerais
  - 5.7.5. A formação do contrato de seguro: a apólice
  - 5.7.6. Obrigações das partes
  - 5.7.7. Modalidades de contratos de seguro
  - 5.7.8. Extinção do contrato de seguro
- 5.8. Mandato mercantil
  - 5.8.1. Extinção do mandato
- 5.9. Comissão mercantil
- 5.10. Concessão mercantil e distribuição
  - 5.10.1. Contrato de concessão comercial (Lei nº 6.729/1979)
- 5.11. Representação comercial
  - 5.11.1. Partes
  - 5.11.2. Características
  - 5.11.3. Remuneração
  - 5.11.4. Obrigações do representante comercial
  - 5.11.5. Obrigações do representado
  - 5.11.6. Prazo de duração e extinção
- 5.12. Contrato de corretagem
- 5.13. Depósito mercantil
- 5.14. Fiança
  - 5.14.1. Extinção da fiança
- 5.15. Penhor mercantil
  - 5.15.1. Espécies de penhor mercantil
- 5.16. Transporte de coisas e pessoas
  - 5.16.1. Características
  - 5.16.2. Transporte de pessoas
  - 5.16.3. Transporte de coisas
- 5.17. Arrendamento mercantil ou *leasing*
  - 5.17.1. Partes
  - 5.17.2. Características
  - 5.17.3. Obrigações do arrendante
  - 5.17.4. Obrigações do arrendatário
  - 5.17.5. Modalidades
  - 5.17.6. Extinção



- 5.17.7. Disposições gerais
- 5.17.8. Alguns aspectos tributários
- 5.17.8. Tabela de diferenciação entre *leasing* e a locação
- 5.18. Franquia
  - 5.18.1. Partes do contrato de franquia
  - 5.18.2. Características
  - 5.18.3. Objeto do contrato de franquia
  - 5.18.4. Como se opera a franquia
  - 5.18.5. Extinção do contrato de franquia
- 5.19. Contratos bancários
  - 5.19.1. Operações bancárias
    - 5.19.1.1. Operações passivas
    - 5.19.1.2. Operações ativas
  - 5.19.2. Juros
    - 5.19.2.1. Juros legais
    - 5.19.2.2. Juros bancários
  - 5.19.3. Contrato de conta-corrente
    - 5.19.3.1. Características e classificação
    - 5.19.3.2. Encerramento da conta e extinção do contrato
- 5.20. *Factoring*
  - 5.20.1. Partes
  - 5.20.2. Classificação e características
  - 5.20.3. Vantagens do *factoring*
  - 5.20.4. Modalidades de *factoring*
- 5.21. Alienação fiduciária
  - 5.21.1. Regulamentação legal
  - 5.21.2. Partes
  - 5.21.3. Classificação e características
  - 5.21.4. Inadimplemento da obrigação principal
  - 5.21.5. Extinção da alienação fiduciária
- 5.22. Contrato de *shopping center*
- 5.23. *Hedge*
- 5.24. Súmulas

## **6 Direito Falimentar**

- 6.1. Panorama geral da nova lei de falências
- 6.2. A lei de falências e o novo Código de Processo Civil
- 6.3. Falência: conceito e características
- 6.4. Insolvência
  - 6.4.1. Insolvência presumida pela impontualidade
  - 6.4.2. Sintomas legais para a falência presumida
    - 6.4.2.1. Execução frustrada
    - 6.4.2.2. Liquidação precipitada ou utilização de expedientes ruinosos ou fraudulentos
    - 6.4.2.3. Realização de negócios simulados ou alienação total ou parcial de ativo
    - 6.4.2.4. Transferência do estabelecimento comercial, sem consentimento dos credores
    - 6.4.2.5. Simulação da transferência do principal estabelecimento
    - 6.4.2.6. Garantia a credor sem manutenção de bens livres equivalentes às dívidas

- 6.4.2.7. Ausência na administração do negócio e abandono do estabelecimento
- 6.4.2.8. Não cumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial
- 6.4.2.9. Generalidades
- 6.4.3. Confissão da falência (autofalência)
- 6.4.4. Razões que eximem o falido da decretação da falência
  - 6.4.4.1. Falsidade do título executivo
  - 6.4.4.2. Prescrição
  - 6.4.4.3. Nulidade de obrigação ou do título executivo
  - 6.4.4.4. Pagamento da dívida
  - 6.4.4.5. Qualquer fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título
  - 6.4.4.6. Vício em protesto ou em seu instrumento
  - 6.4.4.7. Apresentação de pedido de recuperação judicial dentro do prazo da contestação
  - 6.4.4.8. Cessação da atividade empresarial por período superior a dois anos
  - 6.4.4.9. Generalidades
- 6.5. Sujeitos na falência
  - 6.5.1. Sujeito passivo
  - 6.5.2. Sujeito ativo
  - 6.5.3. Coobrigados
- 6.6. Administra o da falência
  - 6.6.1. Administrador judicial
    - 6.6.1.1. Conceito e Características
    - 6.6.1.2. Fun es desempenhadas pelo administrador judicial
    - 6.6.1.3. Destitu o do administrador judicial
    - 6.6.1.4. Responsabilidades
  - 6.6.2. Comit  de credores
    - 6.6.2.1. Constitui o e características
    - 6.6.2.2. Fun es
    - 6.6.2.3. Responsabilidades do comit  de credores
  - 6.6.3. Impedimentos do administrador judicial e de membro do comit  de credores
- 6.7. Assembleia geral de credores
  - 6.7.1. Atribui es
    - 6.7.1.1. Na recupera o judicial
    - 6.7.1.2. Na falência
  - 6.7.2. Convoca o
  - 6.7.3. Mesa-diretora da Assembleia
  - 6.7.4. *Quorum* de instala o
  - 6.7.5. Presença
  - 6.7.6. Delibera es
  - 6.7.7. Esquemaliza o – Comit  de credores, Assembleia Geral e administrador judicial
- 6.8. A o falimentar
  - 6.8.1. Competência
  - 6.8.2. Procedimento falimentar
    - 6.8.2.1. Pedido de falência baseado na impontualidade
    - 6.8.2.2. Procedimento falimentar baseado na execu o frustrada e presun o por outros sintomas legais
  - 6.8.3. Sentença
- 6.9. Efeitos da sentença de falência
  - 6.9.1. Efeitos da sentença quanto ao falido

- 6.9.2. Efeitos da sentença quanto aos direitos dos credores
  - 6.9.2.1. Formação da massa falida subjetiva
    - 6.9.2.1.1. Verificação e habilitação de créditos
  - 6.9.2.2. Suspensão das ações singulares e da prescrição
  - 6.9.2.3. Suspensão condicional da fluência de juros
- 6.9.3. Quanto aos bens do falido – formação da massa falida objetiva
  - 6.9.3.1. Arrecadação dos bens do falido
- 6.9.4. Efeitos da sentença quanto às obrigações do devedor
- 6.9.5. Efeitos da falência do espólio
- 6.10. Termo legal e período suspeito
  - 6.10.1. Termo legal
  - 6.10.2. Período suspeito
  - 6.10.3. Sistematização do Termo Legal
- 6.11. Ações revocatórias
- 6.12. Pedido de restituição e embargos de terceiros
- 6.13. Classificação dos créditos da massa falida subjetiva
- 6.14. Recuperação judicial
  - 6.14.1. Histórico da recuperação judicial
  - 6.14.2. A recuperação judicial no direito comparado
  - 6.14.3. Introdução no ordenamento jurídico nacional
  - 6.14.4. Princípios do direito falimentar
  - 6.14.5. Da recuperação judicial
  - 6.14.6. Recuperação judicial: conceito e características
  - 6.14.7. Meios de recuperação judicial
  - 6.14.8. Quem pode requerer a recuperação judicial
  - 6.14.9. Do processamento – passos iniciais
  - 6.14.10. Cumprimento das obrigações fixadas no plano de recuperação judicial
  - 6.14.11. Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte
- 6.15. Recuperação extrajudicial
- 6.16. Liquidação e encerramento da falência
  - 6.16.1. Realização do ativo
  - 6.16.2. Pagamento de credores
  - 6.16.3. Extinção das obrigações do falido
- 6.17. Concordatas
- 6.18. Crimes falimentares
  - 6.18.1. Procedimento criminal
  - 6.18.2. Crimes falimentares por espécie
    - 6.18.2.1. Fraude a credores
    - 6.18.2.2. Violação de sigilo empresarial
    - 6.18.2.3. Divulgação de informações falsas
    - 6.18.2.4. Indução a erro
    - 6.18.2.5. Favorecimento de credores
    - 6.18.2.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens
    - 6.18.2.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens
    - 6.18.2.8. Habilitação ilegal de crédito
    - 6.18.2.9. Exercício ilegal de atividade
    - 6.18.2.10. Violação de impedimento

6.18.2.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios

6.18.2.12. Efeitos da condenação por crime falimentar

6.18.2.13. Prescrição dos crimes falimentares

6.19. Tabelas explicativas

6.19.1. Tabela dos principais prazos falimentares

6.19.2. Tabela das principais mudanças da legislação falimentar

6.20. Súmulas

## **7 Propriedade Intelecutual**

7.1. Introdução

7.2. Princípios aplicados aos sinais distintivos

7.2.1. Marcas

7.3. Patentes e afins

7.3.1. Objeto

7.4. Desenho industrial

7.5. Crimes contra a propriedade industrial

7.5.1. Crimes referentes às patentes

7.5.2. Crimes referentes à marca

7.5.3. Concorrência desleal

## **8 Disciplinas Reguladoras da Atividade Econômica**

8.1. Introdução

8.2. Marxismo

8.3. A entrada do estado na economia

8.4. Direitos do consumidor

8.4.1. Introdução

8.4.2. O Código de Defesa do Consumidor brasileiro

8.4.3. O Código de Defesa do Consumidor e a realidade brasileira

8.4.4. Partes e objeto da relação de consumo

8.4.5. Consumidor

8.4.6. Hipossuficiência

8.4.7. O Estado figurando como consumidor

8.4.8. Fornecedor

8.4.9. Objeto das relações de consumo

8.4.10. Princípios do Código de Defesa do Consumidor

8.4.11. Direitos básicos do consumidor

8.5. Direito econômico

8.5.1. A atividade econômica

8.5.2. Sistema econômico

8.5.3. Mercado

8.5.4. Direito econômico

8.5.5. A ordem econômica

8.5.6. Princípios reguladores da ordem econômica

8.5.6.1. Soberania nacional

8.5.6.2. Propriedade privada

8.5.6.3. Função social da propriedade

8.5.6.4. Livre concorrência

8.5.6.5. Defesa do consumidor

- 8.5.6.6. Defesa do meio ambiente
- 8.5.6.7. Redução das desigualdades regionais e sociais
- 8.5.6.8. Busca do pleno emprego
- 8.5.6.9. Tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte
- 8.6. Abuso de poder econômico e a lei antitruste
- 8.7. Sistema brasileiro de defesa da concorrência
- 8.8. Controle a ser efetuado pelo sistema brasileiro de defesa da concorrência
- 8.9. Controle das estruturas
  - 8.9.1. Notificação prévia ao CADE
    - 8.9.1.1. Prazo para notificação e procedimento
- 8.10. Infração à ordem econômica
  - 8.10.1. Exemplos de práticas que configuram infração à ordem econômica
  - 8.10.2. Multas
- 8.11. Súmulas

## **Bibliografia**